



Na Mídia

07/02/2024 | [Valor Econômico](#)

No Porto de Santos, disputa por terminal é alvo de crítica

Chamamento para STS 08 gera críticas de Petrobras e outros grupos; APS defende processo inovador e promete leilão

Taís Hirata

Novo contrato

Terminal de granéis líquidos em Santos é alvo de disputa

● STS-08A - Petrobras

● STS 08



R\$ 380,6 milhões
é o investimento previsto no STS-08

25 anos
é a duração do contrato, com possibilidade de extensão até 70 anos

Fontes: APS, Antaq

A nova concessão de um terminal de combustíveis no Porto de Santos, o STS 08, tem sido alvo de disputa e questionamentos no setor. A Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu, nos últimos dias de 2023, um chamamento público - processo simplificado de seleção - para identificar interessados no terminal. De um lado, a Petrobras critica o processo, pois tenta negociar a incorporação da área sem necessidade de concorrência. De outro, empresas e analistas do setor questionaram a opção da APS pelo chamamento, e não uma licitação regular. Trata-se de um contrato de 25 anos, com possibilidade de prorrogação de até 70 anos, e receitas estimadas de R\$ 2,8 bilhões.

O chamamento público, que teve como objetivo identificar interessados na área, só daria origem a uma contratação caso fosse recebida uma única proposta. Neste caso, ficaria dispensado o leilão. Porém, como há mais de um interessado, a APS diz que deverá abrir uma licitação.

O procedimento causou estranheza a algumas empresas e analistas do setor. O edital foi publicado no dia 26 de dezembro. Inicialmente o prazo máximo para a manifestação de interesse era de 30 dias. Um grupo, representado pelo escritório de advocacia Demarest, chegou a pedir a impugnação do edital destacando o prazo curto para a

análise, o período do ano e a complexidade do projeto. Porém, naquele momento, a APS negou. A Petrobras também tentou impugnar o edital com esse argumento, mas não teve sucesso. Apenas após um mandado de segurança impetrado pela Petrobras, o prazo máximo foi adiado para 5 de março.

A APS rebate as críticas e defende o procedimento. A companhia afirma que o chamamento público é um mecanismo inovador previsto em lei e que deverá ser usado outras vezes, “visto que se mostrou eficiente para avaliar a disposição do mercado” no caso do STS 08. “Caso não houvesse interessados, faríamos o adensamento [incorporação ao terminal vizinho da Petrobras]. Mas agora que comprovamos o potencial e o interesse pela área, vamos para o leilão.” A APS diz que o chamamento “foi muito bem recebido”.

Uma lei de 2020 permitiu que, após uma tentativa de leilão sem interessados, seja possível fazer contrato sem licitação, caso seja comprovada a existência de apenas um interessado, por meio de chamamento público. Foi o caso do STS 08, que teve uma primeira tentativa de licitação em 2021, que não atraiu ofertas. Na ocasião, a Petrobras conquistou o terminal vizinho, o STS 08A, mas não fez oferta pelo STS 08.

Fontes que acompanham o caso, que falaram sob condição de anonimato, afirmam que o chamamento não é ilegal, mas que se trata de processo novo e pouco utilizado, e por isso foi considerado inadequado para o porte e a complexidade do projeto.

Petrobras busca incorporar área sem leilão; grupos criticam processo de seleção atípico

Além disso, a percepção é que o procedimento abriu margem para incerteza jurídica. Ao todo, foram feitos quatro pedidos de impugnação ao chamamento: um da Petrobras e outros três de grupos representados por advogados. Além dos questionamentos ao processo, houve críticas a aspectos mais operacionais do projeto, como às regras de atracação nos berços ligados ao terminal.

No caso da Petrobras, além das críticas ao prazo exíguo e à ausência de audiência pública, a estatal se disse surpreendida pela abertura do chamamento, dado que estava negociando com o governo a incorporação do terminal. Na ação do mandado de segurança, a empresa já sinalizou que deverá judicializar o processo. Procurada, a estatal não respondeu.

Sobre a negociação com a Petrobras, a APS diz que “a proposta não se mostrou vantajosa ao poder público, principalmente pela ausência de investimentos”.

Antes do leilão de 2021, a Petrobras operava toda a área do STS 08 e do STS 08A, por meio de sucessivos contratos temporários, interrompidos pelas licitações, que dividiram o terminal em dois.

Para fontes do setor, há uma diferença entre o cenário de 2021 e o atual. Além do ambiente econômico, o novo edital reduz obrigações. O valor do arrendamento, pago à autoridade portuária, caiu de R\$ 1,5 milhão por mês para R\$ 195 mil, assim como a outorga variável, que foi de R\$ 9 por tonelada movimentada para R\$ 4.

